

Inconstitucionais se revelam todos esses dispositivos, por infringirem o artigo 22, inciso III, da Constituição do Estado (Emenda n.º 1), que outorga competência exclusiva ao Governador no tocante à iniciativa das leis que disponham sobre servidores públicos do Estado e seu regime jurídico, provimento de cargos e aposentadoria. Vulnerado é, ainda, o inciso II do artigo 22 da Constituição do Estado — que atribui ao Chefe do Executivo competência privativa para iniciar o processo legislativo das leis que aumentem os vencimentos ou vantagens dos servidores ou acrescem a despesa — pelo artigo 61 do projeto e pelos artigos 22 e 23 de suas Disposições Transitórias. Outros preceitos constitucionais, relacionados com a competência privativa governamental são, também, atingidos por alguns dentre os dispositivos impugnados; o inciso VI do artigo 34 da Constituição do Estado — que outorga ao Governador a prerrogativa de prover e extinguir os cargos públicos do Estado —, pelos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 78; e o inciso XV da mesma norma constitucional — que declara competir privativamente ao Chefe do Executivo a iniciativa das leis que aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa —, pelos artigos 22 e 23 das Disposições Transitórias da propositura.

Inquestionável, em todos esses casos, é a privatividade, reservada ao Poder Executivo, para iniciar o processo legislativo. Tal reserva de poderes não é inotada. Razões de mérito, inspiradas no princípio de harmonia dos Poderes, a justificam plenamente. Com efeito, somente o Executivo, pelo domínio que possui das necessidades da Administração e da situação financeira do Erário, reúne condições para avaliar a possibilidade, a conveniência e a oportunidade das medidas enunciadas nos incisos do artigo 22 da Constituição do Estado.

É o preceito tem aplicação em todo o curso do processo legislativo, da iniciativa ao termo final, que inclui o veto, daí decorrendo a norma de que o poder de emenda é consequência do poder de iniciativa, segundo doutrina e jurisprudência preponderantes.

Não se pretende afirmar, ao aludir ao primado do Poder Executivo, no processo legislativo, relativamente às matérias compreendidas no artigo 22 da Constituição do Estado, que a Assembleia seja defeso intervir em tal processo. Pretende-se, apenas, que nessas matérias sua atuação se contenha, como complementar e acessória, dentro dos limites traçados pelo projeto original, sem distorções, que lhe alterem a substância ou lhe modifiquem o alcance, comprometendo as suas finalidades, desnaturando o sentido das disposições contidas no texto, consagrando extensões não pertinentes criando direitos novos, adivindo matéria estranha aos objetivos visados.

É isto, precisamente, o que ocorre com as disposições impugnadas, que ampliaram a intenção manifestada pelo Poder Executivo ao tornar a iniciativa de encaminhar a propositura a essa nobre Assembleia.

Aliás, conforme já tenho acentuado em vetos a medidas análogas, nem me seria lícito sancionar tais disposições, evidenciada a privatividade da competência do Executivo, pois “a sanção não supre a falta de iniciativa”, conforme ficou assente no Acórdão proferido pelo egrégio Supremo Tribunal Federal, ao declarar, por unanimidade de votos, a inconstitucionalidade do artigo 43 da Lei n.º 2055-A, de 5 de setembro de 1972, do Estado da Guanabara, no julgamento da Representação n.º 890-GB.

Permito-me destacar, do voto do Relator, Ministro Oswaldo Trigueiro, os seguintes tópicos, que bem elucidam a matéria:

“É certo que, sob o império da Constituição de 1946, firmou-se no Supremo Tribunal Federal a jurisprudência, consubstanciada na Súmula n.º 5, de que “a sanção do projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo”. Se a competência privativa do Chefe do Poder Executivo não fosse observada pelo Poder Legislativo — quer no tocante à iniciativa, quer no que dizia respeito a emenda aditiva —, entendia-se que a falha estaria sanada com o assentimento do Executivo, mediante a sanção.

Ocorre, porém, que, a partir do A.I. n.º 2 — regra que passou para Constituição de 1967 (artigo 60, parágrafo único) e para Emenda Constitucional n.º 169 (artigo 57, parágrafo único) —, acrescentou-se, em nosso sistema constitucional, à norma de que o Chefe do Poder Executivo tem competência exclusiva para a iniciativa de certas leis, o preceito segundo o qual, no tocante aos projetos de iniciativa exclusiva do Chefe do Estado, não são admitidas emendas que aumentem despesas. Criou-se, assim, uma proibição para o Poder Legislativo, que é o destinatário da norma, e proibição essa que não pode, evidentemente, ser afastada pela concordância, “a posteriori”, por parte do Poder Executivo, defeso que é a qualquer dos Poderes do Estado levantar proibições, ainda que estabelecidas para salvaguarda de prerrogativa de um deles”. (“in” Revista Trimestral de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal — Vol. 69 — pag 627 — Setembro — 1974).”

Mas, não só a inconstitucionalidade de que se revestem as normas impugnadas impede-nos de dar-lhes acolhimento. Razões de mérito desaconselham diversas dentre elas, por inconvenientes e contrárias ao interesse público.

Se não, vejamos.

O inciso IV do artigo 3.º cria o Conselho de Escola, formado pelo conjunto dos ocupantes de cargos e de funções-atividades docentes e de especialistas de educação, que estejam em exercício na unidade escolar. Todavia, a experiência tem demonstrado que um colegiado integrado por número tão elevado de componentes torna-se inoperante, podendo prejudicar todo o desenvolvimento das atividades do órgão ou da unidade em que atua. Esse, o motivo que determinou a orientação adotada pelos Regimentos Comuns das Escolas Estaduais de 1.º e 2.º Graus, a partir do Decreto n.º 10.623, de 26 de outubro de 1977, onde se prevê um Conselho de Escola, do qual participa o corpo docente através de um Professor representante de cada série, eleito por seus pares. Tal como formulada a medida é, pois, inconveniente, além de constituir matéria impertinente à Seção, em que se incluiu, dedicada aos conceitos básicos, relativos a classes, carreiras e Quadro do Magistério.

A contratação de Professores I, II e III no regime da legislação trabalhista, na forma pretendida pelo artigo 16, já é faculdade prevista no § 1.º do artigo 3.º da Lei n.º 500, de 13 de novembro de 1974, alterado pelo artigo 203 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978. Dispensável, portanto, é a providência, pois, para tanto, bastaria que a Administração discipline tais admissões por meio de decreto específico.

Determina o artigo 18 que a designação para o posto de trabalho do Professor-Coordenador se fará pelo Diretor de Escola, em cada ano letivo, dentre os docentes, mediante prévia indicação do Conselho de Escola, ouvidos os professores da área e o Coordenador Pedagógico. A competência do Diretor de Escola, para tal designação, já está prevista nos Regimentos Comuns das Escolas Estaduais. Condiciona-la, porém, assim como a sua renovação anual, à indicação de três outras instâncias — Conselho de Escola, professores da área e Coordenador Pedagógico — alongaria o processo de escolha, com o risco de se chegar ao final do ano letivo, sem ter havido conclusão do processo, com prejuízo para os trabalhos escolares. É certo, por outro lado, que as opiniões dos professores da área e do Coordenador Pedagógico são, normalmente, consideradas pelo Diretor, para a designação de que se trata.

O parágrafo único do artigo 21 faculta ao titular do cargo de Orientador Educacional o direito de opção pela Jornada Comum de Trabalho. Ora, conforme dispõe o artigo 78 da propositura, os cargos de especialistas de educação devem ser exercidos em Jornada Completa de Trabalho. Assim, o parágrafo único em exame conflita com tal disposição, sendo certo que a própria natureza do trabalho dos cargos de especialistas de educação impõe o seu exercício em período não inferior a 8 horas de trabalho.

A preferência para atribuição de aulas a servidores declarados estáveis — na forma prevista nas alíneas «a» e «b» da Faixa 2 do inciso I do artigo 35 — não se concilia com a orientação estabelecida no próprio projeto que, no artigo 5.º de suas Disposições Transitórias, determina o aproveitamento dos servidores estáveis em atividades compatíveis com o seu grau de escolaridade.

Estende o parágrafo único do artigo 38 aos titulares dos cargos de Orientador Educacional o direito, concedido aos docentes em exercício nas unidades escolares, de furlar férias de acordo com o Calendário Escolar. Ocorre, no entanto, que as atividades do Orientador Educacional não tem as mesmas características das dos docentes, de modo a justificar a concessão de tal período de férias, mais prolongado que o deferido aos outros especialistas de educação e aos funcionários e servidores técnicos e administrativos do serviço público em geral. Além disso, as funções de Orientador Educacional compreendem atribuições, que, por sua natureza, devem ser executadas nos períodos de férias escolares.

O critério adotado pelo artigo 61 para cálculo de proventos dos docentes que se aposentarem exercendo carga reduzida de trabalho, contraria princípio geral da Lei Complementar n.º 180, de 1978, que fixa período de cinco anos de serviço contínuo imediatamente anterior à aposentadoria, para os fins em vista.

O § 3.º do artigo 69 e o artigo 70 cuidam de hipóteses de aproveitamento de professores, as quais se distanciam dos princípios atinentes à espécie. É este o caso do aproveitamento de funcionários, sem processo seletivo, para o exercício de atribuições diversas daquelas próprias de seu campo de atuação. Assim também refoge ao sistema a hipótese dos professores declarados na condição de adidos, em relação aos quais, a rigor, nem se poderia falar em aproveitamento, nos termos do artigo 36 da Lei Complementar n.º 180, de 1978, visto que tal dispositivo disciplina apenas a situação de funcionário em disponibilidade. Aliás, o funcionário declarado adido já tem o seu aproveitamento

disciplinado através dos Decretos n.ºs 9.927, de 29 de junho de 1977, alterado pelo de n.º 11.856, de 4 de julho de 1978, os quais poderão ser revistos em face das novas disposições do Estatuto.

Visa o artigo 13 das Disposições Transitórias transferir para o SGC-III, do Quadro da Secretaria da Educação, os cargos de Assistente de Ensino II, referidos no artigo 49 das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 180. Ora, tal artigo, em seu § 6.º, define como atribuições próprias de Assistente de Ensino II as de direção de unidades escolares e assistência a Diretor de Escola. Trata-se, portanto, de atividades de magistério compreendidas nas que prevê o artigo 2.º da propositura. Destarte, os cargos dessa natureza, cujos titulares se encontram no exercício de direção de escola, devem permanecer no Quadro do Magistério, pois se assim não fosse criaria-se situação incompatível com a caracterização desse Quadro, estabelecida no projeto. Pelas mesmas razões, se mostra inconveniente o artigo 14 das Disposições Transitórias, ao manter, no Quadro da Secretaria da Educação, os mesmos cargos de Assistente de Ensino II.

Finalmente, o artigo 23 das Disposições Transitórias, ao assegurar aos titulares de cargo de Diretor de Escola proventos integrais após um ano ininterrupto de Jornada Completa de Trabalho conflita com o critério geral estabelecido na Lei Complementar n.º 180, de 1978, observado no artigo 30 do Estatuto, critério esse que fixa período mínimo de 5 anos de serviço contínuo em Jornada Completa de Trabalho Docente ou em Jornada Integral de Trabalho Docente para que o funcionário ou servidor se aposente com proventos calculados com base nas Tabelas I ou II da Escala de Vencimentos a que se refere o artigo 64 da lei complementar.

Velando, pois, esses dispositivos, por flagrantemente inconstitucionais, e, ainda, nos casos assinalados, por sua contrariedade ao interesse público, dou acolhimento a outras disposições que, embora resultantes de emendas, não me pareceram passíveis de inquirição de vício de inconstitucionalidade, traduzindo-se, por outro lado, em aprimoramento do texto original.

Outrossim, não só para restabelecer algumas das propostas que originalmente formulei o que foram afetadas por alterações introduzidas nessa augusta Casa Legislativa, como também para oferecer o necessário respaldo constitucional, no que concerne à iniciativa, a outras providências originárias de emendas em que reconheço o aperfeiçoamento da medida, estou encaminhando à apreciação dessa egrégia Assembleia projeto de lei complementar que inclui disposições no Estatuto do Magistério, resultante do Projeto de lei Complementar n.º 42, de 1978.

Assim justificado o veto parcial que oponho à propositura, venho devolvê-la ao reexame dessa ilustre Assembleia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO EGYDIO MARTINS, Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor Deputado Natal Gale, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

LEI N.º 1.836, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1978

Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem — DER a alienar, por doação, ao Município de Jau, faixas de terras all situadas

Retificações

Artigo 1.º —
5.ª linha —
onde se lê:
«... caracterizadas no Desenho ...»
Leia-se:
«... caracterizadas no Desenho ...»
III — Faixa «C»:
11.ª linha —
onde se lê:
«... da estrada municipal ...»
Leia-se:
«... da estrada municipal, ...»

LEI N.º 1.838, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1978

Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, por doação, à Fundação Prefeito Faria Lima, imóvel situado na Capital

Retificações

Artigo 1.º —
13.ª linha —
onde se lê:
«... para elemento à Avenida ...»
Leia-se:
«... paralelamente à Avenida ...»
17.ª linha —
onde se lê:
«... centímetros), até o ...»
Leia-se:
«... centímetros), até o ...»
21.ª linha —
onde se lê:
«... em 1 ha reta, ...»
Leia-se:
«... em linha reta, ...»
Artigo 2.º —
onde se lê:
«... impeçam a transferência, ...»
Leia-se:
«... impeçam sua transferência, ...»
Artigo 3.º —
onde se lê:
«... SUCEN da importância ...»
Leia-se:
«... SUCEN, da importância ...»
Artigo 4.º — Parágrafo único —
onde se lê:
«... os recursos de que ... da Lei Federal ...»
Leia-se:
«... os recursos de que ... da Lei federal ...»

VOLUME ATUALIZADO DA LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

A venda, na Imprensa Oficial do Estado, volume atualizado da lei das S/A, contendo:

- Lei n.º 6.404 de 15/12/76
- Resolução n.º 401 do Conselho Monetário Nacional
- Lei n.º 6.385 de 07/12/76 (Mercado de Valores Mobiliários)
- Lei n.º 6.422 de 08/06/77
- Portaria n.º 327 de 11/06/77 (Comissão de Valores Mobiliários)
- Resoluções n.ºs 435, 436 e 439 de 20/07/77 e n.º 454 de 16/11/77
- Decreto-lei n.º 1.598 de 26/12/77 (Adaptando a Legislação do Imposto sobre a Renda às inovações da lei das S/A)

Preço do Volume Cr\$ 50,00

Rua da Mooca, 1.921 — Fone: 291-3344 — Ramal 246